



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/DF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 31939499/2023-CPL/SELOG/SR/PF/DF

Processo nº 08280.015486/2023-98

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: **maio/2023**

Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico

Aprovado pela Secretaria de Gestão.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

(Processo Administrativo nº 08280.015486/2023-98)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **materiais de consumo e permanentes necessários para atender demandas da Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1. Havendo divergência entre o CATMAT e as descrições contidas no Termo de Referência, prevalece o TR.

Tipo	DESCRIÇÃO	PREÇO	TOTAL	PREÇO TOTAL
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT INVERTER 9.000BTU. Aparelho de ar condicionado split inverter; tipo Hi-Wall; potência de refrigeração 9.000BTU; ciclo frio; tensão 220v; com controle remoto sem fio; gás R410A; eficiência energética Classe A; garantia mínima de fábrica de 12 meses.	2.143,64	6	12.861,84
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT INVERTER 12.000BTU. Aparelho de ar condicionado split inverter; tipo Hi-Wall; potência de refrigeração 12.000BTU; ciclo frio; tensão 220v; com controle remoto sem fio; gás R410A; eficiência energética Classe A; garantia mínima de fábrica de 12 meses.	2.143,22	13	27.861,86
3	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT INVERTER 18.000BTU. Aparelho de ar condicionado split inverter; tipo Hi-Wall; potência de refrigeração 18.000BTU; ciclo frio; tensão 220v; com controle remoto sem fio; gás R410A; eficiência energética Classe A; garantia mínima de fábrica de 12 meses.	3.264,92	10	32.649,2

4	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT INVERTER 22.000BTU. Aparelho de ar condicionado split inverter; tipo Hi-Wall; potência de refrigeração 22.000BTU; ciclo frio; tensão 220v; com controle remoto sem fio; gás R410A; eficiência energética Classe A; garantia mínima de fábrica de 12 meses.	6.347,15	4	25.388,60
5	CAFÉ. Torrado moído, intensidade: média, tipo: tradicional, empacotamento: vácuo, prazo validade mínimo: 12 meses, característica adicional: blend arábica e conilon	15,55	5.000	77.750
6	AÇÚCAR. Tipo: cristal, prazo validade mínimo: 12 meses	16,89	500	8.445
7	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: CONE. Material: pvc, altura: 750, largura base: 360, cor: laranja com 2 faixas brancas, peso: 1,650, características adicionais: reflexivo.	75,28	70	5.269,60
8	QUADRO CLAVICULÁRIO. Armário organizador de chaves com 256 chaveiros.	382,49	1	382,49
9	ÁLCOOL EM GEL. Álcool gel 70% Antisséptica; Para uso interno.	8,32	360L	2.995,20
10	MASCARA DESCARTÁVEL. Confeccionado em não tecido 100% polipropileno (TNT), hipoalergênico; atóxico; composta de no mínimo duas camadas (externas) de não tecido 100% polipropileno com clip nasal flexível, com fixação por elástico.	6,22	1.000	6.220,00
11	BANDEIRA INSTITUCIONAL. Bandeira frente e verso; produzidas em nylon 100% paraquedas; com tralha do esquerdo; com reforço e ilhoses	216,46	30	6.493,80
12	RIBBON. Material: cera, largura: 110, comprimento: 450, cor: preta, aplicação: impressora zebra, características adicionais: termotransferência de processo de impressão de _eti	160,95	30	4.828,50
13	ETIQUETA ADESIVA. Material: polipropileno, cor: branco fosco, comprimento: 102, aplicação: identificação/impressão código barra, características adicionais: tratada p/ impressão termica, c/ adesivo hot-melt.	89,69	10	896,90
14	FORNO MICROONDAS. Mínimo 32L. Forno micro-ondas com capacidade mínima de 32 litros; cor branca; prato giratório; relógio; tecla descongelar; puxador; tensão conforme ordem de fornecimento; classificação energética "A"; garantia mínima de 12 meses.	727,72	3	2.183,16
15	VENTILADORES. Ventilador Material: Aço E Plástico , Diâmetro: 60 CM, Tipo: Coluna , Características Adicionais: Oscilante, Regulagem De Altura E Velocidade , Tensão Alimentação: 110/220 V, Potência Motor: 200	259,70	4	1.038,80
16	BEBEDOURO 10L. Bebedouro Industrial de Bancada; 1 Gelada e 1 Natural; Inox; 10 Litros; 220v	1.008,07	5	5.040,35

17	ROTULADOR. Com maleta, projetada para oferecer recursos de identificação profissional, produzindo etiqueta até 24mm; Resolução da impressão: 180 DPI; Velocidade de impressão: até 30 mm/s.	400,30	2	800,60
18	BATERIA SELADA 12v. Chumbo-ácido; Tensão: 12v; Reutilização: Recarregável; Dimensões 15,1 x 6,5 x 10cm	467,65	1	467,65
19	KIT MOUSE/TECLADO SEM FIO. Conexão: USB, sem fio (2.4Ghz); Alcance sem fio: 10 metros (33 pés); Teclas de perfil baixo; Altura do teclado ajustável; Bateria 2x Aaa (teclado); Teclas especiais: 15 teclas de função acessíveis com a Tecla "Fn"; Conectar/energia: botão de ligar/desligar; Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico avançado; Bateria 1x Aa (mouse)	161,55	700	113.085,00
20	SUPORTE PARA NOTEBOOK. Dobrável e ajustável; Ângulos de inclinação disponíveis; Material de Alumínio; Material antiderrapante pela superfície.	51,43	700	36.001,00
21	RÉGUA ELÉTRICA. Comprimento do cabo: 5 metros; Quantidade de tomadas: 6; Cabo de acordo com novo padrão; Uso de cobre puro; Bivolt 110/220v; Capacidade de absorção de energia em caso de surto elétrico: 125 joule; Corrente máxima de operação: 10A; Tomadas tripolar. Possível utilizar com adaptadores de tomadas.	62,07	100	6.207,00
22	FONE DE OUVIDO. Com tecnologia bluetooth. Sem fio; Material de plástico; Conexão bluetooth; Carregamento por USB-C	143,46	50	7.173,00
23	ETIQUETA IMPRESSORA ZEBRA. Rolos de etiqueta para patrimônio, poliéster no tom branco brilhante, adesivos de base acrílica permanente com alta capacidade de aderência em superfícies de madeira, plástico, borracha, vidro e metal, medindo 51,00mm de largura e 23,00mm de altura com as pontas arredondadas, para aplicação de impressão por termo-transferência de código de barras, com prazo de garantia de no mínimo um ano a contar da data de recebimento definitivo do material e com data final de validade posterior ao término da garantia. Deve possuir no produto e na embalagem a inscrição da data de fabricação.	19,05	30	571,50
24	PILHA RECARREGÁVEL MODELO AAA. Capacidade de 900mAh; Duração de até 10 anos; Composição química: Níquel-hidreto metálico (NiMH): hidreto metálico, óxidos de níquel e hidróxido de potássio	21,80	1.400	30.520,00
25	PILHA RECARREGÁVEL MODELO AA Capacidade de 900mAh; Duração de até 10 anos; Composição química: Níquel-hidreto metálico (NiMH): hidreto metálico, óxidos de níquel e hidróxido de potássio	16,21	1.200	19.452,00
26	CARREGADOR DE PILHA. Carrega pilha AA/AAA; Indicador led de carregamento; Bateria: NI-MH/NI-CD; Corrente de recarga: 400mA	85,25	132	11.253,00

27	BANDEIRA DO BRASIL. Bandeira frente e verso; produzidas em nylon 100% paraquedas; com tralha do esquerdo; com reforço e ilhoses	234,15	30	7.024,50
28	MÁSCARA PFF2. Com filtro KSN CA 10578. Para poeiras, névoas e fumos, tais como: pesticidas, bioaerossóis, partículas fibrogênicas, minério de ferro, cimento, poeiras vegetais, fibras têxteis, etc.	15,13	20	302,60
29	TRIPÉ PROFISSIONAL. Preto com rotação 360° Universal para câmera e celular; Dimensões: 41,79 x 9,8 x 9,1	266,65	1	266,65
30	ILUMINADOR LED RING LIGHT DE 18 POLEGADAS. Tripé de 215cm; Conexões via USB	203,05	1	203,0

VALOR TOTAL: R\$ 453.632,85

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **homologação**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~**1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.~~

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2023**, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO

OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta dos produtos elétricos/eletrônicos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe **A**.

4.1.2. O Liquidificador só será admitida a oferta dos produtos elétricos/eletrônicos que possua Selo Ruído indicativo do nível **80** de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 dias**, contados do **recebimento da Nota de Empenho**, em remessa única, de acordo com o quantitativo da nota de empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70.610-902.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **12 (doze)** meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de

responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo **setor requisitante**.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **25 (vinte e cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da

liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. O É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o Sistema de Registro de Preços, com adoção do

critério de julgamento pelo **menor preço**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral ou parcelado, conforme a nota de empenho**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais

e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 453.632,85 (Quatrocentos e cinquenta e três mil e seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos)** conforme custos unitários apostos na **tabela do item 1.1. acima**.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.4. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.6. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: **A SER DEFINIDO**
II - Fonte de Recursos: **A SER DEFINIDO**
III - Programa de Trabalho: **A SER DEFINIDO**
IV - Elemento de Despesa: **A SER DEFINIDO**
V - Plano Interno: **A SER DEFINIDO**

10.3. Em atenção ao artigo 10 da IN 81/2022-ME, declaramos que as informações contidas neste processo licitatório não se submetem a nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo publicada em seu inteiro teor no site www.comprasn.gov.br e no site www.pf.gov.br.

Brasília, 23 de novembro de 2023

SETORES REQUISITANTES

NTI/SR

APF PEDRO HENRIQUE ZANOTELLI COLLARES, matrícula 17.280, zanotelli.phzc@pf.gov.br

SELOG/SR

AADM VICTOR OLIVEIRA EDUARDO, matrícula 13.378, victor.voe@pf.gov.br

DREX/SR

AADM MARIA ELIANE LOPES DE FREITAS, matrícula 4.584, eliane.melf@pf.gov.br

NUMAT/SELOG

AADM FERNANDO FIGUEIRA DA SILVA, matrícula 11.835, figueira.ffe@pf.gov.br

APROVAÇÃO:

Nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório na modalidade de **pregão eletrônico**.

Os materiais que se pretende adquirir visa melhor aparelhar a SR/PF/DF, oferecendo um ambiente mais adequado para o desenvolvimento das atividades policiais e administrativas, contribuindo também para uma melhor qualidade de vida dos servidores.

Os materiais são classificados como **bens de consumo e de investimento (permanentes)**, sendo de grande impacto na produtividade das atividades da Polícia Federal.

CEZAR LUIZ BUSTO DE SOUZA

Ordenador de Despesas - UG 200338
Superintendente Regional de Polícia Federal
SR/PF/DF



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR OLIVEIRA EDUARDO, Agente Administrativo(a)**, em 24/11/2023, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32575644&crc=E345699B](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32575644&crc=E345699B).

Código verificador: **32575644** e Código CRC: **E345699B**.

Referência: Processo nº 08280.015486/2023-98

SEI nº 32575644